

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 09-9-2020.

---

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quinze horas e quarenta e seis minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum deliberativo, o Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Comandante Nádia, Idenir Cecchim, José Freitas, Paulinho Motorista, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. A seguir, foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Marcelo Sgarbossa, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 022/20 (Processo nº 0060/20). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 022/20 (Processo nº 0060/20), após ser discutido por Marcelo Sgarbossa, Roberto Robaina, Engº Comassetto, Lourdes Sprenger, Ramiro Rosário, Prof. Alex Fraga, Paulinho Motorista, Cassiá Carpes, Adeli Sell, João Carlos Nedel, Idenir Cecchim, Aldacir Oliboni, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio e Valter Nagelstein e encaminhado à votação por Ramiro Rosário, Airto Ferronato, Prof. Alex Fraga, Adeli Sell, Mônica Leal, Engº Comassetto e Cláudio Janta. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 022/20, por vinte e sete votos SIM e três votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário e Valter Nagelstein e Não Karen Santos, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 022/20, por vinte e nove votos SIM e um voto NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Roberto Robaina e Valter Nagelstein e Não Ramiro Rosário. Às dezessete horas e cinquenta minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol. Do que

foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para entrarmos diretamente na Ordem do Dia.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e seis vereadores presentes.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 15h46min:** Havendo quórum, passamos à

### **ORDEM DO DIA**

Abertos os trabalhos, iniciada a Ordem do Dia, eu peço ao senhor diretor legislativo da Casa que informe o projeto que está em votação.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Antes de adentrarmos propriamente no designativo do projeto, gostaria de lembrar os senhores líderes de bancada que foi disponibilizado, no bloco de assinaturas, a opção de apoiar a emenda que reduz o prazo, conforme tinha sido hoje discutido na reunião de lideranças. A emenda do Ver. Marcelo está disponível para todos os senhores e as senhoras líderes que desejem apoiar a matéria.

Apregoamos a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, ao PLL nº 022/20.

Sr. Presidente, está em discussão geral e votação o PLL nº 022/20, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, com a Emenda nº 01. (Procede à leitura do PLL nº 022/20 e da Emenda nº 01 ao mesmo projeto.)

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0060/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 022/20**, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que altera o inc. II do *caput* do art. 3º da Lei nº 10.531, de 10 de setembro de 2008, que institui, no Município de Porto Alegre, o Programa de Redução Gradativa do Número de Veículos de Tração Animal e de Veículos de Tração Humana e dá outras providências –, e alterações posteriores, ampliando o prazo para a proibição da circulação de Veículos de Tração Humana (VTHs) no trânsito do Município de Porto Alegre. **(SEI 041.00013/2020-08)**

**Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Cassio Trogildo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria.

**Observação:**

- incluído na Ordem do Dia em 09-09-20 por força do art. 81 da LOM.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 022/20.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Presidente Pujol, obrigado pela sua sensibilidade. Eu fiz questão de vir aqui num espaço privado – estou sem máscara, não estou na via pública, estou num espaço privado –, fiz questão de vir aqui, na presença do Lindomar e da Solange, que são carrinheiros, que vivem dessa atividade e prestam esse serviço ambiental para a cidade de Porto Alegre. Também estou acompanhado do Paulo Guarnieri, que trabalha conosco na Câmara. Em nome deles, eu sei que eles não podem falar, porque eu estou, neste momento, na tribuna da Câmara, agradeço a sensibilidade do conjunto dos vereadores e vereadoras, dos líderes partidários, do Ver. Cassio Trogildo, que é o presidente da CCJ e que agilizou essa votação, porque, realmente, nós estamos falando de algo, eu diria, humanitário. Mais uma vez, não é a primeira vez, é a terceira vez que a Câmara prorroga essa proibição em relação aos carrinheiros. A proibição de circulação dos carrinheiros teria terminado em 2016, nós conseguimos prorrogar duas vezes, a última prorrogação termina amanhã. E a Câmara, com grande sensibilidade, entendeu que esta sessão extraordinária traria justiça, permitindo que as pessoas continuem trabalhando na cidade. Neste momento de pandemia, aumentou, inclusive, é muito visível isso nas ruas, a quantidade de pessoas que está sobrevivendo do recolhimento do resíduo da cidade. Eu não quero fazer uma fala muito longa não, quero agradecer a sensibilidade de todo o conjunto da Câmara, da CCJ, e realmente nós precisamos pensar a cidade de uma outra forma. Eu agradeço, inclusive, essa emenda construída hoje pela manhã por sugestão do Presidente Pujol. Também o Ver. Pablo Mendes Ribeiro contribuiu, é uma emenda que está disponível para os demais vereadores assinarem, não só os líderes, e é uma emenda que coloca um prazo mais adiante, julho de 2022, mas nós precisamos ter uma outra forma de tratamento do resíduo da cidade, um tratamento com inclusão social. Fica aqui o meu agradecimento em nome do Lindomar, da Solange, esse casal, e de tantos outros. Há estimativa de que, pelo menos, cinco a sete mil pessoas trabalham com a reciclagem em Porto Alegre, os galpões de reciclagem, as unidades, os autônomos, em nome deles, eu quero agradecer do fundo do coração a sensibilidade da Câmara em aprovar esse projeto, uma sessão extraordinária especificamente para aprovar o projeto. Quero colocar este recado para o Executivo, que se abstenha de qualquer ato de restrição da atividade desses trabalhadores e trabalhadoras no município de Porto Alegre. Lembrando que, na tarde de ontem, a Defensoria Pública do Estado e da União e o Ministério Público do Trabalho emitiram recomendações para que esse projeto fosse

aprovado e que nada se fizesse contra a possibilidade de essas pessoas continuarem trabalhando nas ruas de nossa cidade. Então, o nosso agradecimento, Presidente Pujol, um agradecimento a todos... O Ver. Mendes me pergunta sobre a máscara. Vereador, eu estou num espaço privado, estou a três metros de distância, eu estava com a máscara até agora há pouco, quando estava na rua. Nós resolvemos – a minha máscara bonita aqui, com a bicicletinha–, combinamos assim: vamos ficar dentro do espaço privado, e a, pelos menos, uns três metros de distância. Acho que estamos seguindo o protocolo de segurança. Obrigado, Presidente Pujol; obrigado a todos os vereadores e vereadoras.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLL nº 022/20.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Obrigado, Presidente Pujol. Eu vejo que este debate, eu não era vereador, mas já faz um bom tempo que ele tem ocorrido na Câmara. A lei ligada ao ex-vereador Sebastião Melo, que proibia os veículos de tração puxados por cavalo, que foi aprovada, desde 2016 é proibido, eu acho que foi um debate de 2003 a 2008 que ocorreu na Câmara e, bem, desde 2016, está proibido. Se não me falha a memória – o Ver. Adeli pode me corrigir, se eu estiver errado –, foi estendida pelo Ver. Adeli a proibição para veículos de tração humana também. Agora faz algum tempo que tem se prorrogado a aplicação dessa ideia, e eu acho que essa prorrogação é necessária. Esse tipo de lei, proibir os catadores de trabalhar, é desumano nas condições em que nós estamos, porque, se nós olharmos a realidade concreta, o desemprego que nós temos, a própria condição socioeconômica dos catadores, a educação formal impossibilita milhares de pessoas de terem acesso ao mercado de trabalho, isso é um dado hoje em dia. Desprezar isso e seguir num discurso mentiroso de que vai haver a integração desses trabalhadores com algum método de profissionalização que permita que eles saiam dessa profissão de catadores é um cinismo, é uma hipocrisia que vai, em última instância, jogar essas pessoas numa situação de miséria absoluta, porque é a única fonte de renda. Os catadores têm, como fonte de renda, justamente o trabalho de catar material reciclável. É óbvio que tem que se desenvolver uma política de reciclagem. O Alex Cardoso, que é uma das lideranças que nós temos dos trabalhadores e catadores, ele sempre lembra que os catadores não são recicladores, os catadores são trabalhadores que são explorados evidentemente. Então tem que ter uma política pública de reciclagem que leve em conta sim esses trabalhadores, esses catadores não podem ter a sua atividade proibida. Eu acredito nisso. Eu acho que se nós tivéssemos uma situação econômica, uma condição social e de desenvolvimento econômico que permitisse realmente fazer uma inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho, tudo bem, excelente, mas isso não é realista. Então, a Câmara de Vereadores não pode tirar a renda, a única fonte de renda de milhares de pessoas em Porto Alegre. Depois o Prof. Alex Fraga vai falar sobre a emenda, ele estava me colocando que a emenda que foi apresentada joga o problema

para 2022. O Prof. Alex certamente vai falar, ele tem a mesma posição que eu tenho, que não é possível proibir esse trabalho. O mínimo dos mínimos, evidentemente, para nós, é que essa proibição não seja executada, que as pessoas que trabalham como catadores sejam respeitadas, que a sobrevivência dessas pessoas seja respeitada. Nós estamos vivendo no País uma situação de crise muito brutal, de fome, de desespero. Então, quando nós temos um quadro de fome, de desespero, de falta de perspectiva, a Câmara de Vereadores tem que olhar o nosso povo e ver que tem trabalhadores que têm que ser respeitados, e os catadores são esses trabalhadores, portanto, eles não podem ser criminalizados com leis que punam a sua única fonte de renda. Por isso que nós vamos apoiar a lei, nós vamos apoiar o projeto do Sgarbossa. Quero deixar muito claro que nós vamos apoiar o projeto do Sgarbossa, a emenda é um pouco mais complicada porque ela prorroga e coloca, de novo, sobre os catadores a ameaça de colocá-los na ilegalidade mais uma vez. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLL nº 022/20.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar aqui todos os colegas vereadores e vereadoras; cumprimentar aqui a organização dos catadores de todos os galpões da cidade de Porto Alegre; cumprimentar o meu colega, Ver. Marcelo Sgarbossa, junto com todos na Câmara que se empenharam para podermos enfrentar mais uma vez esse problema que retiraria o pão de cada família que trabalha com reciclagem, com o trabalho de “profetas da ecologia”, como dizia o nosso saudoso Irmão Cechin, ali das Ilhas. Dizendo isso, eu gostaria de poder aqui lembrar esse processo que o Robaina iniciou. Na época votamos contra o projeto de lei do Ver. Sebastião Melo porque entendíamos que ele não resolvia o problema da reciclagem de Porto Alegre, só proibia as carroças ou o recolhimento autônomo disso. E por que votamos contra na época? Porque entendíamos, e fizemos uma emenda que foi derrotada, que deveria ter um programa municipal que destinasse recursos para todos que trabalham com a reciclagem serem incluídos no processo. Se não poderia mais haver carroças e carrinhos, nós deveríamos estar financiando carros elétricos ou outro tipo de veículo de tração fácil não poluidora para esse conjunto de trabalhadoras e trabalhadores que vivem da reciclagem. Então esse processo continua, e agora nós temos, aqui na Câmara, Sr. Presidente, alguns projetos que tratam da política reversa feita pelo prefeito Marchezan, que novamente exclui todos os recicladores desse trabalho. Portanto, nós precisamos corrigir essa distorção do projeto do Executivo para que possa incluir. E quero lembrar aqui que lá na gestão do nosso querido e saudoso Presidente Lula, foi feito um projeto de lei que determinava que todos os órgãos públicos do Brasil deveriam destinar todos os resíduos sólidos de reciclagem, papelão entre outros, para as cooperativas e as organizações de catadores do Brasil, e os da Prefeitura e do Estado também, e isso não está sendo

executado nesse momento. Portanto, a prorrogação aqui, é verdade, Ver. Robaina, é mais uma medida paliativa, mas esse paliativo é por falta de um projeto que dê condições, que estructure essas centenas, milhares de famílias que trabalham nisso. Nós temos um compromisso aqui de votar favoravelmente isso, mas um compromisso de, logo, logo, e vai mudar a gestão no final do ano, de quem for assumir, se formos nós, eu posso dizer o seguinte: vamos implementar esse projeto de reorganização geral da reciclagem dos resíduos sólidos da cidade de Porto Alegre. Eu moro no Extremo-Sul da cidade, queria dizer aos colegas vereadores que agora, dia 15, é o Dia Mundial da Limpeza, uma campanha mundial de limpeza e recolhimento de plásticos e lixos. Aqui na Orla, há 70 quilômetros da ponta do Guaíba para o Sul, a orla está tapada de resíduos de plásticos que são jogados todos os dias nos nossos arroios, nos nossos rios e no nosso Guaíba.

Portanto, Marcelo, nossos cumprimentos, e, juntos, vamos aqui com a Câmara, e com a condução do Ver. Reginaldo Pujol, que entendeu a sensibilidade deste momento, postergar mais uma vez, mas nós precisamos, juntos, construir a solução definitiva da reciclagem e incorporar essas famílias, definitivamente, na vida da cidade de Porto Alegre. Nosso voto será favorável tanto na emenda quanto no projeto de lei. Um grande abraço aos colegas vereadores e vereadoras. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLL nº 022/20.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Esta alteração me faz reportar ao tempo de 2004, Ver. Comassetto, quando fazíamos realmente ativismo presencial contra os maus-tratos aos cavalos. Era alarmante a situação, nós não tínhamos órgão nenhum para nos auxiliar, era só o Batalhão Ambiental, mas depois não tínhamos para onde levar os cavalos. Então nós apresentamos uma proposta desenvolvida pelo ex-vereador Sebastião Melo, hoje deputado, e ele só aceitou, o que nós não entendíamos muito bem na época, defender essa lei se tivesse a inclusão social. Então a lei ficou “lei de retirada das carroças com inclusão social.” Esta lei foi uma das leis que foi um aprendizado. Tiveram audiências públicas, comissão especial, inquérito no Ministério Público, e, depois de votada, ainda teve uma ADIn, que foi derrubada no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que tratou exatamente disso, a inclusão social era um artigo que dizia que teria esse programa, sim, tanto teria que ele foi aprovado em 2009, 2010, com o cadastramento das pessoas, com bolsa por seis meses, cursos, indenização de carroças de cavalos – a cabanha da EPTC que está com todos os registros. Foi um bom programa, que conseguiu trazer essas pessoas para outras atividades. Os carrinheiros, que para nós é o “homem-cavalo”, a gente acha muito... Não é uma profissão, é uma atividade muito, vamos dizer, de desgaste, porque a pessoa anda na chuva, anda com aqueles carrinhos. Falamos tanto em ambiental, mas não há essa política necessária tanto para essas pessoas, ao longo do tempo, como para

pensarmos em meio ambiente. As cooperativas nunca funcionaram, vamos dizer, com todos os cuidados necessários, inclusive para as pessoas. E a Prefeitura tem um contrato, que recolheria o lixo, o reciclado, e levaria para as cooperativas, agora me surpreende que o Ver. Comassetto disse que não está funcionando, o que é muito triste, porque se as pessoas ficam lá na cooperativa esperando para ter a sua renda e não chega até lá, para onde vai esse reciclado se não está indo... Eram 18, se eu não me engano, galpões de reciclagem. Muito eu trabalhei fazendo projeto de castração dos animais que aparecem nesses galpões de reciclagem, por isso que eu tenho essa proximidade de conhecer mais os galpões de reciclagem.

Pela terceira vez, Ver. Sgarbossa, “vamos prorrogar”, mas que solução, não é? É um paliativo, como já foi dito, porque eu não vejo nada de melhora para essas pessoas. Eu vejo pessoas naquela Voluntários da Pátria sem chinelo, ou com chinelo de dedo pela metade. Isso, para nós, não é inclusão social, isso não é pensar em meio ambiente, eu acho que nós temos que lutar, sim, Ver. Sgarbossa, você que é mais envolvido, por um programa de inclusão. Tem recursos, sim, o BNDES financiou R\$ 9 milhões para os carroceiros na época, e R\$ 9 milhões era contrapartida da Prefeitura. Somos parceiros, sim, para fazer esse trabalho e também tirar das ruas o “homem-cavalo”, dar vida digna, dar uma profissão. Muitos têm condições, como muitos carroceiros, que foram trabalhar até na área administrativa, não precisaram ir para a marcenaria, para serem pedreiros; as mulheres carroceiras para trabalharem na área de estética, que isso sempre dá dinheiro, cozinheiras. Somos parceiros, sim, para mudar esse quadro de Porto Alegre, não para simplesmente prorrogar. Agora, se vier a nova gestão, mais um ano. Vai chegar lá em julho de 2021, 2022, aí vão querer prorrogar para mais tarde. Então, Ver. Sgarbossa, você que é do social, que atua bastante, vamos trabalhar com o programa de inclusão mesmo para os carrinheiros.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLL nº 022/20.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB):** Boa tarde, Presidente Pujol; boa tarde a todos os colegas; enquanto a Ver.<sup>a</sup> Lourdes falava, me vieram na memória algumas mensagens e algumas conversas que nós trocamos alguns tempos atrás, inclusive fui atrás porque a Ver.<sup>a</sup> Lourdes questionou para aonde estão indo os resíduos se não chegam nas cooperativas, se não chegam naqueles galpões de reciclagem que são conveniados com o DMLU. A resposta, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, é exatamente aquela que justamente a senhora me denunciou aqui mais de uma vez, que é a coleta clandestina, que acontece muito especialmente nos bairros mais nobres de Porto Alegre, onde se tem um potencial de resíduo com maior valor para reciclagem. A senhora me contatou várias vezes, falando sobre a Vila Assunção, inclusive, repassando a placa do veículo para que nós pudéssemos acionar a fiscalização. De fato, a experiência na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, e tendo o DMLU como um órgão vinculado à nossa

secretaria, teve uma série de avanços e de medidas, que alguns consideraram impopulares, outros consideraram equivocadas, mas que nós mostramos ser acertadas. Uma delas era essa questão da coleta clandestina, que aqui, diga-se de passagem, não se diz respeito apenas à situação de carrinheiros, mas sim, inclusive, principalmente, veículos sem nenhuma condição de trafegabilidade na nossa cidade, alguns deles sem quaisquer condições nos seus pneus, nos seus motores, na sua carroceria, alguns inclusive utilizando galões de água como tanques de combustível auxiliares. E nós conseguimos, através de *blitze* itinerantes feitas em parceria com a EPTC, a Brigada Militar e a Guarda Municipal e ação de fiscalização do DMLU, nós conseguimos retirar das ruas mais de 60 veículos sem qualquer condição de trafegabilidade, que estavam fazendo essa coleta clandestina. Por que isto? Porque justamente nós já pagamos; todos nós, pagadores de impostos de Porto Alegre, pagamos pela coleta seletiva, para que ela passe em cem por cento dos bairros da cidade e para que ela colete aquele resíduo reciclável e leve para os galpões devidamente conveniados com o Departamento Municipal de Limpeza Urbana. Mais de 200 famílias dependem desse tipo de trabalho, Presidente Pujol; mais de 200 famílias se organizaram em cooperativas, cumpriram todas as determinações legais, se empenharam para poder ter o seu contador, para ter a sua estrutura administrativa e poder garantir o sustento digno para suas famílias, e elas acabam tendo o resíduo desviado, o resíduo – entre aspas – furtado daquele que deveria ir para a coleta oficial seletiva já paga por todos nós. Eu digo aqui “já paga para todos nós”, e quero reforçar essa questão: a coleta seletiva é paga por roteiro, ela é paga por trajeto executado pelo caminhão, justamente pela sua dificuldade, devido à qualidade mesmo, às especificações do material reciclado, por ele ter maior densidade, menor volume, por ele ter um peso diferenciado. É muito difícil nós fazermos um contrato remunerando por produtividade, por tonelada, por exemplo, ou por volume, como é feito no caso da coleta domiciliar. Portanto, a melhor forma hoje até encontrada é nós pagarmos por roteiro, para garantir que ele passe em cem por cento das ruas. Se nós não tivéssemos isso, se fosse liberado de qualquer forma, nós não teríamos a garantia de que lá naquela comunidade mais carente, onde potencialmente tem um resíduo que não tem o maior valor de reaproveitamento, com plástico de maior qualidade, com materiais de maior nobreza, nós não teríamos como garantir que cem por cento dos bairros fossem contemplados, porque aí simplesmente iriam naqueles em que teriam mais interesse, como eu disse antes, vou repetir agora, os bairros mais nobres. Nós mudamos inclusive no DMLU a política do convênio dessas entidades. Isso eu quero frisar, Presidente Pujol – se me garantir mais um tempo, eu agradeço: nós mudamos a forma de contratação desses convênios com as unidades de triagem, inclusive colocando que eles tenham ali maior produtividade, porque antes eles recebiam um valor fixo por mês, havia uma série de problemas, inclusive, de regulamentação, de documentação de algumas dessas entidades, e nós fizemos ali uma mudança para passar a pagar por produtividade, aumentando assim também o próprio interesse do reciclador nessas unidades para que eles pudessem fazer ali a devida triagem e encaminhar apenas o rejeito mesmo ao aterro de Minas do Leão. Aliás, todos nós gastamos mais de R\$ 9 milhões por ano com material potencialmente reciclável que é encaminhado para o



aterro de Minas do Leão. Isso, além de causar o ônus do custo da coleta domiciliar e do custo do aterro também está deixando de, potencialmente, gerar emprego e renda para as pessoas.

Eu ouvi atentamente aqui as explicações e as ponderações do colega Alex Fraga, do colega Marcelo Sgarbossa, do colega Comassetto, mas eu sou contrário à exploração que é feita com as pessoas da forma com que é feita com os carrinheiros. Não estou dizendo aqui que é o caso específico, Ver. Sgarbossa, do Lindomar, que te acompanha aqui na fala, mas eu particularmente sou contra, porque envolve uma série de outras questões, inclusive de crimes análogos que são feitos através de uma suposta cortina de fumaça de que está sendo feita a reciclagem, mas, na verdade, estão acontecendo outras coisas.

Eu queria poder falar mais, mas era isso, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 022/20.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Obrigado, nosso Presidente, Ver. Reginaldo Pujol; colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, eu fico bastante impressionado ao ouvir algumas falas de colegas vereadores, em especial a do vereador que me antecedeu, Ver. Ramiro Rosário, que é uma fala bastante complicada, de alguém que talvez não conheça a realidade das ruas de Porto Alegre, principalmente nos bairros mais periféricos. É um posicionamento típico daquele rapaz que foi criado no seu apartamento, tem aquela marquinha do *parquet* no joelho, brincando de carrinho, com uma vida bastante protegida e segura. Infelizmente, essa não é a Porto Alegre da maioria da população. As pessoas não escolhem, muitas vezes, ofícios que vão utilizar para sustentar suas famílias, e eu acredito que não é escolha pessoal de um indivíduo, não é um sonho de um porto-alegrense puxar um carrinho nas vias de Porto Alegre, estando sujeito aos perigos oferecidos pelo trânsito, aos perigos oferecidos por conta do seu trabalho de catação, de triagem de resíduos associados muitas vezes a elementos contaminantes, infectantes, portanto é um ofício que, de certa forma, tem um grau de degradação, mas que sustenta muitas famílias da nossa cidade – é isso o que nós estamos discutindo aqui.

Que a maioria dos vereadores e vereadoras gostaria de uma cidade melhor, mais justa e destinar trabalhos mais dignos para a população, embora eu não veja indignidade no fato de trabalhar com triagem, mas pelo menos um trabalho um pouco mais humano, menos desgastante física e emocionalmente, eu acredito que boa parte de nós gostaria, mas o Poder público não tem feito a sua parte. Quando a lei que proibiu a circulação de carroças e carrinhos de tração humana foi promulgada, a promessa do Poder público era capacitar os trabalhadores dessa área e destiná-los a outras atividades, a outros ofícios, e isso não foi feito – foi feito de forma incipiente. Infelizmente, é a situação de milhares de porto-alegrenses que poderão perder o sustento das suas

famílias, que lhes garante o mínimo de dignidade sem ter que precisar incorrer em atitudes criminosas. Eu não acredito que haja uma cortina por trás de atividades criminosas que estão imbuídas ou implícitas na atividade de catação e triagem de resíduos. Não, muitos dos carrinheiros passam pelas ruas nos dias em que não há coleta seletiva, nos dias em que há liberação do resíduo do domiciliar da coleta normal dos caminhões compactadores; eles fazem a triagem nas calçadas, muitas vezes dentro dos contêineres dispostos na região central de Porto Alegre para fazer essa separação. E esse tipo de atividade gera economia para os cofres públicos municipais, porque o resíduo orgânico que é levado até Minas do Leão é pago por tonelada, a cidade gasta para depositar, a cem quilômetros da capital, no Município de Minas do Leão, todos os resíduos domiciliares, e, no momento em que há atividade de catação, de triagem, reduz-se a quantidade de resíduos que serão aportados lá no Município distante da nossa cidade, portanto é geração de renda para famílias e é também a economia para os cofres públicos da cidade de Porto Alegre, então essa atividade gera economia sim para Prefeitura. O Plano Nacional de Resíduos já determina, e é lei federal, que esse tipo de atividade, essa economia pode ser revertida em termos de remuneração, para essas pessoas que trabalham de forma autônoma, e a Prefeitura nunca fez isso. Não existe política pública para fazer um levantamento de quantas pessoas contribuem para os cofres públicos municipais, podendo haver a possibilidade de uma reversão econômica para subsidiar esse tipo de trabalho. O plano de fundo que existiu na aprovação dessa lei, lá em 2008, se não me falha a memória, foi justamente a proteção aos animais para o fim das carroças, só que entrou no barco também a proibição dos carrinheiros.

Então acho que nós temos uma grande responsabilidade, que é permitir que as pessoas continuem sustentando as suas famílias e obviamente cobrando efetivamente do Poder público para que se abram possibilidades de outras formas laborais para sustentar essas famílias. Enquanto isso não acontece, enquanto o Poder público continua inerte, inoperante, nós precisamos dessas pessoas, precisamos do trabalho delas e precisamos que elas tenham a possibilidade de continuar levando comida às suas mesas.

Encerro por aqui. Ver. Marcelo, eu compreendo a sua intenção na proposição da emenda, de tentar costurar o mínimo consenso para facilitar a aprovação, mas enquanto o Poder público não tiver um programa... E aí aqui a crítica que eu faço não é à Câmara de Vereadores, inclusive a Ver.<sup>a</sup> Lourdes sugeriu ao Ver. Marcelo que se engajasse em criar um programa, mas esse tipo de programa não cabe à Câmara de Vereadores, porque ele gera ônus aos cofres do Executivo, tem que ser um programa que venha da Prefeitura, portanto de uma Prefeitura comprometida com a causa social, coisa que há muito tempo não existe no Município de Porto Alegre.

Eu deixo aqui meu forte abraço, já adiantando nosso voto contrário à emenda, mas a favor da manutenção da possibilidade que essas famílias têm de manter o seu sustento neste momento de crise.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Registro a presença do Ver. Idenir Cecchim. O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para discutir o PLL nº 022/20.

**VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB):** Boa tarde, Presidente Pujol, Dr. Luiz Afonso, demais vereadores e vereadoras presentes. Eu vim falar aqui que já fui favorável a esse projeto do Marcelo na outra vez. Trabalhei 24 anos no trânsito e acompanhei bem a vida dessas pessoas que trabalham no dia a dia, os carrinheiros, para levar o mínimo de sustento para suas famílias. Eu conhecia bastantes deles, até acenava para eles, muitos deles felizes da vida até passando trabalho. Eu pensando “esse camarada passa o dia no sol para poder levar o sustento à família dele”. Para mim, que trabalhei no trânsito, às vezes eu via um carro, e quando chegava perto deles, não tinha como eles saírem fora porque a faixa era muito estreita, e às vezes o cidadão buzina e eu ficava triste com aquilo, porque a gente está vendo que o rapaz não tem para onde sair, está trabalhando e não como o cidadão que está num bom carro, com ar condicionado. Eu mesmo, muitas vezes, parei atrás dos carrinheiros e eles olhavam meio apavorados pensando que eu ia buzinar, querendo que saiam da frente, não, eles estão trabalhando, quando dava a chance, eu saía de trás dele e continuava o meu trabalho, porque ele também está correndo atrás, ele não está passeando de carrinho na mão, passando trabalho, carregando aquele peso. Então eu sou favorável a dar esse prazo, como vários vereadores aqui, não vou repetir, já falaram, que no meio desse prazo temos que tomar uma atitude para ajudar essas pessoas para que eles não precisem a vida toda estar passando por esta situação de sacrifício, carregando esses carrinhos pesados em qualquer tempo, chuva ou faça sol, eles estão ali. Muitos deles com esposa e filhos no carrinho, pois não tinham onde deixar.

Eu, Ver. Marcelo Sgarbossa, nesses 24 anos passei acompanhando a vida deles, como falou o Ver. Prof. Alex Fraga, com a dificuldade no trânsito que é muito perigoso. Eu vou votar a favor de que se dê mais prazo, quanto mais possível para eles para que eles não percam seu serviço. É muito fácil a gente dizer que vamos tirar o pessoal da rua sendo que eles sobrevivem disso. O pessoal dos galpões também tem essa entrega para poder sobreviver, ter esta economia deles que também estão perdendo. Eu sou totalmente favorável ao pessoal da reciclagem, os nossos carrinheiros que tanto batalham no dia a dia e que não é fácil. Eu conheço um rapaz da Juca Batista que, às 3h da manhã, quando eu saía para trabalhar no ônibus, ele já estava na luta. Às vezes eu conversava com ele, ele tomava um cafezinho comigo no fim da linha e me dizia: Paulinho, eu vou para a minha segunda viagem. E eu pensava, esse cara é de batalha, esse cara não está roubando, não está parado em casa. E agora eu tenho a chance, como outros vereadores têm a chance de apoiar esses nossos amigos carrinheiros para que eles tenham mais tempo e que eles tenham um futuro melhor. Não podemos deixar esse pessoal sem trabalhar, ainda mais nesta pandemia. Agradeço, Sr. Presidente, e aos demais vereadores, fiquem com Deus e um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLL nº 022/20.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Fico muito feliz de discutirmos dois temas hoje importantíssimos para a cidade, alguns passam despercebidos, 156 que nós já falamos e agora os carrinheiros. Quanto tempo já está esse pessoal... Ver. Marcelo Sgarbossa, na véspera da eleição, quanto tempo tu estas nisso iludindo esse pessoal. Nós temos que enfrentar, a Prefeitura tem que enfrentar a realidade. Nós vamos protelar de novo? Nós vamos empurrar com a barriga se nós não temos poder, como já foi falado aqui. Lamento dizer, nós temos que fazer uma reflexão, na boca da eleição nós vamos protelar isso, não adiar, é empurrar. Concordo com os que falaram que o governo tem que assumir a responsabilidade. Quem sabe não é melhor a gente não protelar e obrigar o Executivo a regularizar, a dar condições para essa gente. Já tem socorro do governo federal, do governo municipal que nós aprovamos aqui, eles têm que trabalhar sim, sou a favor deles, agora, tem que ter cuidado, a gente está empurrando com a barriga, fazendo proselitismo. Os partidos de esquerda foram os que criaram lá trás, não deram emprego até hoje, estão iludindo esse pessoal. O Ver. Engº Comassetto tem a cara de pau de dizer do saudoso Lula, saudoso porque criou essa penúria, essa pobreza desse pessoal. É isso que os vereadores vão continuar consolidando a cidade quando o Executivo não faz, não é tarefa nossa. Nós temos que canalizar isso, nós temos que refletir. Adiar, adiar, adiar o quê? Nós vamos protelar, ninguém vai fazer nada. Na realidade, o Executivo tem que colocar no seu plano de governo o que vai fazer e parar de mentir, parar de fazer ficção. A cidade é uma ficção. O Orçamento é uma ficção. Esta é a nossa realidade, vamos protelar gente? Vai resolver o problema desse pessoal? Será que não votando, não protelando isso o Executivo não vai tomar providência, fazer um projeto enxuto que gera emprego, renda para esse pessoal? É a reflexão que eu faço, eu estou na dúvida, gostaria de ajudar, mas é certo o que vamos protelar até 2021? Alguém vai encontrar uma solução para isso? De novo vão protelar, é demais. Para com isso, Ver. Marcelo Sgarbossa, chega, vamos entrar na realidade, vamos resolver o plano desse pessoal com o Executivo, o Legislativo não tem essa função básica, fundamental. Nós estamos nos iludindo e iludindo a população. Obrigado, S r. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Ver. Cassiá Carpes. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 022/20.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Minha saudação aos colegas vereadores e vereadoras; senhoras e senhores. Nós temos que enfrentar essa situação, e agora eu pergunto: em que mundo vive o Sr. Ramiro Rosário? O senhor não acompanhou este debate ou não ouviu o que a Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger falou. Havia uma outra realidade, havia uma discussão do que fazer. Nós tínhamos gente andando com carroças com

cavalo e nós fizemos uma pactuação de que haveria todo um processo de integração dessas pessoas, de uma vida minimamente digna. O senhor não pode confundir as irregularidades e as ilicitudes cometidas na Voluntários da Pátria por três ou quatro. O senhor não enfrentou, como eu enfrentei na época, esse pessoal clandestino que, na verdade, explora essas pessoas. Nós estamos em uma outra realidade completamente diferente, no meio de uma pandemia, num desemprego muito grande e nós queremos, sim, soluções. Nós não queremos que as pessoas passem a vida inteira puxando carrinho, agora, nós precisamos ter uma solução efetiva. Não é só o carrinheiro, onde está a legislação, a Lei 234, que diz que os órgãos públicos devem fornecer o material reciclado para as unidades de triagem, os galpões de reciclagem. Hoje o que chega nos galpões, Ver. Cassiá Carpes, é restolho, são as últimas coisas. Quem foi conosco para Caxias do Sul há alguns anos viu que lá a reciclagem é efetiva, o material que vai para os galpões são as latinhas, por exemplo, que tem valor. Aqui é uma bagunça generalizada. Felizmente hoje, na reunião da Mesa Diretora e lideranças, a maioria se juntou e decidiu por um prazo, nós vamos exigir dos governos, deste e dos que virão, independentemente de quem ganha, se estamos na situação ou na oposição, as pessoas precisam ter dignidade. Hoje a dignidade é que o cara possa catar e sobreviver. Amanhã, se nós pudermos arrumar um carrinho elétrico, vamos arrumar; se nós pudermos incluí-los numa política de economia de resíduos que tem um processo de reversão, isso só vai acontecer primeiro nas grandes instituições. Agora, como fica esse meio todo? Essa que é a questão. A reciclagem é importante, é fundamental, hoje não tem fiscalização, hoje não tem educação ambiental, foi este governo que fechou a educação ambiental do DMLU. Você, Ver. Ramiro Rosário, vocês fecharam, vocês tiraram os principais quadros do DMLU que trabalhavam isso. O pequeno ditador da SMED, Dr. Adriano Naves de Brito, fechou a educação ambiental da SMED. Mas que gente! Mas que mundo vocês estão vivendo! Por isso que este governo é odiado pelas pessoas, porque vocês não pensam nas pessoas, vocês não pensam na dignidade da pessoa humana. Vocês querem arrasar com a cidade. Nós estamos fazendo um projeto de emergência que tem um pacto com os vereadores de várias posições político-partidárias, vocês viram vereadores de posições diferentes falando praticamente a mesma coisa: temos que cuidar das pessoas, cuidar da cidade, buscar soluções. Nós não queremos empurrar as coisas com a barriga a vida inteira. Nós, há alguns anos, quando começou essa discussão, pensávamos que conseguiríamos, alguns governos se comprometeram – não vou discutir aqui o que aconteceu ou deixou de acontecer –, muita coisa não foi feita pelos executivos, muito dinheiro foi malgasto e aí fizeram um curso de reciclagem, como disse o Ver. Airto Ferronato hoje pela manhã, de catador para guardador de carro e quem entrou com o projeto para acabar com o guardador de carro? O seu governo, Ver. Ramiro Rosário, a sua mediocridade de governo e aí vem com esse discurso. Você quer enganar a nós? Você me desculpa, mas a nós você não engana. Nós vamos aprovar com a emenda, vamos continuar esta discussão e vamos estar em contato com o povo e, para a dignidade da pessoa humana, vamos aprovar este projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Ver. Adeli Sell. O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLL nº 022/20.

**VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP):** Eu quero dizer aos meus colegas que, inicialmente, votarei a favor dessa prorrogação, mas mais uma vez a gente vê a omissão e a desorganização do Poder Público neste assunto da reciclagem em Porto Alegre. Nós temos a obrigação de achar uma solução, uma solução de dignidade. Não é possível que pessoas humanas sejam obrigadas a puxar ou empurrar carrinhos pela nossa cidade que antigamente era feito por animais. Hoje nem os animais devem fazer isso ou podem fazer isso, é uma crueldade, agora imagina a crueldade com pessoas humanas, dignas, filhas de Deus. Meu Deus do céu, eu fico envergonhado com essa situação, realmente é de chorar.... Nós temos que incentivar, de uma vez por todas, a formação de cooperativas de reciclagem. Ainda hoje os catadores são explorados por intermediários. Claro que há outras dificuldades, mas isso cabe ao poder público, cabe também a nós, vereadores, como está fazendo o Ver. Sgarbossa em também assumir esse assunto - está na hora de uma solução humanitária. Os Irmãos Maristas, a Gerdau e a Paróquia Santa Teresinha ajudaram a construir um belo galpão de esportes, mas se houvesse maior planejamento, poderia ser feito, esse galpão, em dois andares: no térreo, uma bela cooperativa de reciclagem; e o andar superior para o esporte, aproveitando praticamente o mesmo espaço, um espaço um pouco mais elevado. Então, meus colegas, está na hora de resolvermos essa situação indigna - não é possível ser utilizado por pessoas humanas, filhas de Deus. Obrigado!

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Ver. Nedel. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 022/20.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Muito obrigado, Luiz Afonso; um abraço Presidente, colegas. O Ver. Nedel, como um bom cristão, disse uma grande verdade: nós, cristãos, deveremos sentir vergonha de ver irmãos, seres humanos, andando e puxando carroça. Nós conseguimos tirar o sofrimento dos cavalos – a Ver.<sup>a</sup> Lourdes deve ter falado nisso – com um projeto de lei do Ver. Sebastião Melo, que, por sorte do destino, será quem vai resolver o problema dos carrinheiros também. Tem solução, sim. Se houve solução para as carroças, para os animais, nós devemos ter solução para as pessoas. Eu não sei que mania é essa, Sgarbossa, de prorrogar o sofrimento de pessoas, e sempre um pouquinho antes da eleição. Por isso que querem prorrogar sempre para quatro anos, porque aí fica um pouco antes da eleição, aí tema a demagogia para fazer. Não é esse tipo de demagogia que tem que fazer. Não se tem que fazer demagogia! Nós temos que fazer um projeto, encurtar o tempo para resolver o problema dos seres humanos que puxam carroças como bichos, pior que os escravos da antiguidade. E sofrem, essas pessoas sofrem! E não adianta não, Ver. Adeli Sell, fazer

curso para guardador de carro porque não existe mais. Tem que fazer aquilo que se fez com os carroceiros – parece que muitos desses carroceiros viraram carrinheiros, porque tem incentivo de certas lideranças. Eu concordo, Ver. Adeli Sell, que quem tem que levar o lixo seco, reciclável, são os caminhões do DMLU, levar para os galpões. Isso sim; esta obrigação, deveríamos trabalhar para que aconteça – só caminhão do DMLU pode servir aos galpões, porque, senão, sabe o que acontece com esses carrinheiros? Eles são explorados ali na Av. Voluntários da Pátria, são explorados. Os compradores de sucata compram por uma mixaria e, logo de noite, vendem por 20, 30, 40 vezes mais esse mesmo produto, sem gastar um pingão de suor. Então, eu não sou a favor de prorrogar por tanto tempo não, tem que deixar eles livres até achar uma solução, que seja seis meses, um ano, mas vamos fazer isso com muita rapidez. Eu quero ver quer, no ano que vem, isso ser resolvido até o fim do ano. Um ano é bastante tempo; num ano dá para se revolver. Afinal de contas nós temos uma relação de quem são os carrinheiros, quantos são? Quantas famílias, quantas crianças e quantos cachorros que sofrem junto com eles nas ruas? Muitos cachorros sofrem juntos com seus donos, estão li do lado, fiéis. E muitos cachorros morrem atropelados também, porque ninguém cuida do animalzinho do lado, todo sarnento, mas fiel ao seu dono. E nós temos que ser fiéis às pessoas humanas – é isso que eu quero fazer, ser fiel a essas pessoas que puxam carrinho, para que eles deixem de puxar, para que deixem de ser escravos ali na Av. Voluntários da Pátria, onde compram por miséria o trabalho que eles fazem desde madrugada, como disse o Ver. Paulinho Motorista. É uma vergonha que Porto Alegre carrega, não pode se exibir Porto Alegre porque acabou com carroceiros, e criou uma sub-raça, que são os carrinheiros que sofrem e são explorados por políticos demagogos que fazem projetos a cada véspera de eleição. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Ver. Idenir Cecchim. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLL nº 022/20.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras, nosso diretor Luiz Afonso, cidadãos e cidadãs que estão acompanhando nossa sessão nesta tarde. Eu tenho entendimento que este projeto é um projeto que dialoga com o humanismo; não seria diferente se nós não percebêssemos que há uma enorme sensibilidade dos vereadores na defesa dos animais, por que não ter uma política futura para os carrinheiros, que é o caso que estamos discutindo. O fato de estarmos discutindo este projeto neste momento, eu entendi, na reunião de líderes hoje, que é uma questão emergencial. Agora, dia 11, vence o contrato, vence essa prorrogação feita, votada em anos anteriores. Quem é o culpado de estarmos ainda assim? Hoje, é o prefeito Marchezan, sim; poderia ter sido outro gestor que não tivesse feito, como não fez o Marchezan. Isso que nós estamos falando – parece haver uma certa unanimidade em termos, para o futuro, algo que dialoga com esse

humanismo de não ver as pessoas puxando um carrinho superlotado de papelão, de produtos recicláveis que são vendidos logo ali na esquina. Mas, se não há uma política de governo, infelizmente com o desemprego que existe, parece que a tendência é aumentar o número de carrinheiros. Ali atrás houve essa mudança a que muitos se referiram com relação aos carroceiros, mas nem nesta área houve um programa definitivo, concreto, de estabilizar a questão dos carroceiros, porque me parece, como tenho visto algumas vezes, principalmente os da ilha virem aqui no centro da cidade, e ainda tem essa questão do não cuidado com os animais. Esse é um tema muito instigante, mas preocupante porque todos nós que também percebemos que é uma política humanitária, ela não pode fugir do limbo de não estar agora autorizando um pequeno período para que isso se estabeleça no futuro governo, porque logo, de fato, haverá eleição, mas não que venha a ser porque o Marcelo está puxando por causa da eleição; não, é que causalmente, por não ter tido esse política de um programa específico para tal, se não fizermos isso agora, hoje, amanhã ou depois de amanhã (Problemas na conexão.) ...vai proibindo. Eu creio que a emenda ora (Problemas na conexão.) ...pelo nobre colega Ver. Marcelo, foi (Problemas na conexão.) inclusive ele mesmo levantou a ideia de ter, no mínimo, um ano, porque na outra vez foi por três meses, depois por seis meses, e aí uma grande maioria de vereadores sugeriu até julho de 2022. Agora, se houver um consenso aqui que é possível, então, fazermos uma outra emenda de ser por ano, eu tenho certeza absoluta – aí peço que o Ver. Marcelo Sgarbossa se manifeste, nem que seja em liderança de oposição ou encaminhamento para poder haver um consenso sobre isso. Esse momento é urgente; por isso a necessidade de votarmos favoravelmente a essa prorrogação, porque, senão, depois de amanhã, nem mesmo a política para os carroceiros o prefeito resolveu – essa que é a verdade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Ver. Oliboni. O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLL nº 022/20.

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT):** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, estava aqui ouvindo atentamente todos os pronunciamentos. Este é um problema insolúvel nessa cidade, esse é um problema que passou por todos os prefeitos que eu conheço. O PT esteve por 16 anos no governo e não resolveu! A solução que o PT apresentou no governo foi uma solução maravilhosa, os carrinhos elétricos, mas não teve financiamento. E, quando apareceu financiamento, as pessoas não tinham condições de fazê-lo. Então, aquele carrinho elétrico, lá no DMLU, só serviu para fotografia e para matéria no jornal, para isso. Todos os governos enfrentaram essa situação! O que nós estamos vivendo agora, vou repetir, vem de outros governos. E não tem uma solução porque ninguém sabe a solução. É bonito falar em inclusão social! Eu também quero inclusão social, mas como fazer a inclusão social? Eu não sei no caso deles, eu ano sei! Bom, prorrogação – se nós não prorrogarmos, nós



vamos criar um problema para a cidade e para o prefeito, porque se não prorrogar, o prefeito terá que cortar. Se o prefeito corta porque terminou prazo na lei, essas pessoas, em plena pandemia, vão viver de quê? Vão viver de quê? Se a cada dia nós passamos pelas ruas e vemos mais e mais pessoas nas ruas, nas calçadas, morando – muitas delas nos contêineres de lixo, catando lixo, às vezes para poder comer. Então, nós não temos que ter paixão, não temos que ver a política partidária – esse é um tipo de assunto que não pode ter política partidária, isso aí é política pública, que nenhum prefeito resolveu, inclusive os prefeitos dos governos em que eu participei. É por isso que o então Ver. Sebastião Melo fez essa lei, porque nenhum governo antes tinha resolvido. A Ver.<sup>a</sup> Lourdes falou há pouco aqui – ela era militante na causa, e continua sendo, contribuiu para que se pudesse, pelo menos, encontrar uma solução. Então, fica difícil. Eu entendo as palavras do Ver. Cecchim, eu entendo as palavras de outros que se posicionaram. No governo Fogaça, por exemplo, tem que reconhecer, o prefeito Fogaça cuidou da triagem, fez dois ou três galpões novos, um na Voluntários que ele recuperou, nas ilhas, mas também não se pode fazer tudo. Então, está criado um impasse aqui, neste plenário, que nós precisamos decidir: ou não prorrogamos e o prefeito vai ser obrigado a proibir essas pessoas de trabalhar, ou nós prorrogamos, ganhamos esse prazo, para no próximo governo, que eu não sei quem será, tentar uma solução definitiva. Agora, para se tentar uma solução definitiva, é preciso ter diálogo, é preciso ter conversa, é preciso sentar Executivo e Legislativo e dizer – todo mundo – qual é a solução. Nenhum de nós aqui sabe qual é a solução – nenhum de nós aqui sabe! De que maneira nós vamos incluir essas pessoas, se nós tirarmos tudo isso aí. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Ver. João Bosco Vaz. O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para discutir o PLL n° 022/20.

**VEREADOR LUCIANO MARCANTÔNIO (PTB):** Obrigado, Luiz Afonso e demais colegas. Esse tema, realmente, é algo extremamente complexo, envolve vidas, envolve a dignidade do ser humano. Eu comecei a minha caminhada, em 1999, num bairro onde era praticamente só de carrinheiros e carroceiros, que é no Humaitá/Farrapos, e convivi e convivo com muitos carrinheiros agora, porque as carroças já foram retiradas e que foi uma grande ação que gerou exclusão, mas também gerou a proteção animal e que o próprio ex-carroceiro pudesse buscar outra alternativa de renda. Infelizmente, a maioria foi para o carrinho e isso gerou também uma mudança de emprego que não é digno, mas que é necessário porque eles não têm outra alternativa. Então, eu acompanhei todas as políticas públicas desde 1999. Acredito que realmente os governos fizeram bastante esforço para tentar solucionar essa questão, mas nenhum teve êxito. Há bastante projetos, esse da lei que reduz gradativamente os veículos de tração animal e de tração humana. Antigamente, quando o secretário era o Busatto, com muito diálogo, como foi citado, estava lá o prefeito Fortunati, o vice-

prefeito Sebastião Melo, o secretário Busatto capitaneando esse processo aí com todos os carroceiros das regiões. Eu fui secretário adjunto do Busatto, trabalhamos com todos os galpões de reciclagem, com todos os carroceiros, fizemos um cadastramento maravilhoso nas ilhas que desmitificou uma situação de que nas ilhas existiam muitos cavalos, muitos carroceiros e não era assim tanto como se esperava... (Problemas na conexão.) ...tudo junto, com as lideranças... (Problemas na conexão.) ...da Secretaria de Governança, a Denise da Secretaria de Governança, eu fiz um belo trabalho, a Lourdes acompanhou esse trabalho todo, mas não chegamos ao êxito que se desejava.

Então, eu sou totalmente a favor da prorrogação do prazo, enquanto não tiver uma solução, não adianta nós simplesmente, através da lei, ou não dando o prazo, nós vamos resolver o problema, não é assim, nós sabemos que não é assim. Enquanto não tivermos uma política pública de inclusão para poder criar uma alternativa de renda para essas pessoas... E é o que todos os vereadores praticamente estão falando, cada um abordo com mais intensidade um ponto de vista, mas acho que o consenso é de nós nos comprometermos em criar uma alternativa de renda, em fazer uma concertação geral que envolve o DMLU, envolve as unidades de triagem, envolve as cooperativas e envolve também os trabalhadores que estão hoje na atividade de carrinheiro.

Então, pessoal, tem o meu apoio, essas pessoas merecem o respaldo da Câmara, estamos fazendo o nosso serviço, que é priorizar a defesa da dignidade da pessoa humana. Vamos buscar uma alternativa de renda, vamos dar um prazo, eu tenho certeza que é o melhor caminho. Obrigado a todos, fiquem com Deus.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Ver. Luciano Marcantônio. O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLL n° 022/20.

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD):** Eu quero cumprimentar a todos e dizer que não há solução simplista neste caso. Não adianta simplesmente chegar, neste momento, e proibir essa atividade, ela existe porque há uma atividade econômica, há uma necessidade de ganhar a vida, há uma cadeia produtiva que está envolvida nisso. Eu ouvi a fala de todos os vereadores. Eu quero dizer, Luciano, que eu estive esta semana no Humaitá e o pastor Paulo mandou um abraço para ele. Ele se lembra do pastor Paulo, ali ao lado da Arena do Grêmio, ele está com saudades dele e disse para ele aparecer por lá.

Eu quero dizer o seguinte: isso passa por uma organização de toda essa cadeia produtiva. Essa cadeia produtiva envolve desde a coleta até a reciclagem. Nós temos 17 unidades de triagem formais em Porto Alegre, fora outras que são informais. O Moisés Barboza, outro dia, me falou das gêmeas lá do Beco dos Cafunchos, são tantas unidades de triagem informais que há pela cidade. Tudo isso precisa ser organizado dentro de um outro sistema que mude um pouco a questão da coleta do lixo, da reciclagem, da logística reversa, que tem uma legislação aí, do reaproveitamento

disso. Eu imagino essa questão através de uma usina de reciclagem em Porto Alegre. Antes da usina de reciclagem, todo esse material seja, de fato, recolhido nessas unidades de triagem, que recebam melhor estrutura da Prefeitura Municipal. Se a gente for lá no Campo da Tuca ver a unidade de triagem, ali ao lado da Vila dos Papeleiros é aquela outra, vê que o pessoal simplesmente sobrevive numa situação muito difícil, então, tem que organizar essa questão aí. Só pode pensar em mexer com essas pessoas, não agora, como disse o Cecchim, aos 45 do segundo tempo, quando não fizeram nada, tem que mexer com essas pessoas dentro de uma política organizada, sistêmica, que dê uma alternativa para elas. Não adianta chegar e dizer que vai criar uma fonte de renda, não tem isso, não cai do céu, não é dessa forma. Agora, Bosco, se pegar essas unidades de triagem, se organizar mais cooperativas na cidade, se tiver uma usina de queima de lixo lá na Lomba do Pinheiro e se criar um ecossistema dentro de tudo isso, aí é possível integrar essas pessoas. Eu imagino através de um sistema cooperativo dentro de uma forma que possa dar dignidade, porque concordo que é uma vida indigna, acabamos com os carroceiros e criamos o carroceiro humano, onde o cavalo da carroça é um ser humano, é uma pessoa – isso não é correto, não é certo. Mas, de novo, também acho que não seja por um passe de mágica. Eu acredito, pela minha experiência, que a solução é esta: organização através de cooperativas e a criação de todo um sistema com início, meio e fim que enfrente essa questão.

Está complicado de eu falar aqui, estou no meio da Bom Jesus, e atrás de mim tem uma gurizada ali e os caras não gostam muito que usem celular, nem que filme nessas horas. Enfim, eu encerro por aqui, quero dar essa contribuição. Quero dizer que esse assunto tem que ser pensado sistemicamente e não dessa forma como está sendo posto aí. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Ver. Valter Nagelstein.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação o PLL nº 022/20. (Pausa.) O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB):** Obrigado, Presidente Pujol. Como eu havia falado antes, eu encaminho contrário à proposta. Eu ouvi muito atentamente os vereadores que, depois da minha fala, se manifestaram, alguns falaram em dignidade. Não há dignidade alguma de um ser humano puxar um carrinho, uma carroça pela cidade de Porto Alegre. Não há dignidade alguma em haver qualquer exploração em cima dessas pessoas. Eu gosto muito daquelas perguntas retóricas, eu aqui duas delas muito especiais. Primeiro, o Ver. Adeli Sell perguntou: “Em que mundo vive o Ramiro?” Ver. Adeli Sell, parece que eu vivo num mundo onde o PT sempre apela para o discurso demagógico de que está protegendo as pessoas e, na verdade, está

perpetuando uma situação sem encontrar uma solução definitiva. Também aqui o Ver. Prof. Alex Fraga fez a menção como se eu fosse um guri de apartamento. Bom, ele é um revolucionário de boutique, porque vive nas ideias, não conhece a realidade da cidade, pior do que isso, pode até determinadas realidades ele conhecer, mas ele não quer aplicar a solução efetiva porque tem barreiras ideológicas que o impede de fazer isso. Por falar em barreiras ideológicas, o Ver. Valter Nagelstein mencionou algo aqui muito importante, que eu compartilho com a ideia dele. Nós precisamos avançar, sim, em Porto Alegre com um modelo de desestatização na área dos resíduos sólidos, de parcerias público-privadas, de concessões, como já há em outras cidades do País, inclusive possibilitando que se venha investir em tecnologias novas na nossa cidade, novas, quem sabe, inclusive no País, seja na para produção de energia, seja para a triagem mecanizada, seja para que se possa colocar essas pessoas que hoje estão em condições subumanas, indignas, trabalhando devidamente através de parcerias cooperativas ou diretamente contratadas pela iniciativa privada. Se a questão é a dignidade, então, que se discuta aqui a volta dos cavalos, porque eu prefiro ver os cavalos puxando carroças na rua do que ver o ser humano sendo tratado dessa forma. Não é essa cidade que queremos viver, precisamos muito avançar, sem sombras de dúvidas, mas encaminho aqui contrário à matéria.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Ver. Ramiro Rosário. O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 022/20.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Eu trago um abraço a todos. Quero dizer que eu participei hoje de manhã na reunião de Mesa e Lideranças, e acordamos uma emenda. Quero dizer que estou favorável ao projeto e à emenda por uma questão simples: esses carrinheiros de hoje, e o próprio Ramiro falou, são os carroceiros do passado. Quando se terminou com a carroça, com tração animal, se propôs que essas pessoas fariam cursos para a profissão de guardadores de automóveis, e eles fizeram. Aconteceu o que aconteceu com os guardadores de automóveis, naquele dizer de que tinha ladrão no meio, e tinha, que nada tinha a ver com os guardadores profissionais, por essa questão se terminou com atividade do guardador. Então, agora é necessário que se prorrogue a possibilidade de trabalho dessas pessoas. O próprio Ver. Paulinho Motorista falou que não temos grandes possibilidades agora senão, vamos dizer assim, acompanhar aquelas propostas do Valter, do Cecchim e tantos outros de que é preciso uma solução definitiva, mas não se pode colocar esse pessoal no olho da rua, tem que ter uma definição, uma solução que atenda aos seus interesses, aos seus anseios e às suas necessidades. Portanto, prorroguem agora a atividade deles e depois temos tempo para tratar do tema, que é uma atividade, sim, do Executivo. Aquele abraço, e vou votar favorável. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 022/20.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol, nosso presidente; vereadores e vereadoras, gostaria de fazer um agradecimento especial aos meus colegas de bancada, Ver. Roberto Robaina e Ver.<sup>a</sup> Karen Santos, pela possibilidade de fazer o encaminhamento em nome do nosso partido, o PSOL. É importante destacar que nós, me parece, temos quase um consenso entre as bancadas que compõem o Legislativo municipal de que é importante haver essa prorrogação, se não me falha a memória, a única voz divergente foi a do Ver. Ramiro Rosário, que me antecedeu no pronunciamento. O que me surpreende bastante, visto que o Ver. Ramiro Rosário foi recentemente secretário do atual governo, um governo que não fez absolutamente nada, nada, para tentar fazer o mínimo de integração social e possibilitar a essas pessoas outras fontes laborais. Não fez nada! Este governo foi completamente inerte com relação às demandas sociais e trabalhou durante praticamente quatro anos, estamos em final de governo agora, temos apenas três meses e um pouquinho para o final desta gestão e, se a população de Porto Alegre tiver bom senso, não repetirá o resultado das urnas de quatro anos atrás, porque um governo que não consegue ser sensível às demandas de uma significativa parcela da população, a mais pobre, a que mais precisa do poder público para ter alcançado um mínimo de dignidade, é um governo que não pode se perpetuar. Portanto, esperamos que tenhamos a aprovação deste projeto de lei. Como muitos afirmaram, é um trabalho duro, é um trabalho insalubre, mas, infelizmente, é o trabalho que essas pessoas têm, é a possibilidade de sustentar as suas famílias de forma que possam enfrentar esse período grave de pandemia, de recessão econômica de uma forma digna. Quando usei a palavra dignidade, me referi ao trabalho, trabalho honesto, um trabalho que pode ser muito duro, pode ser muito cruel, mas é uma forma digna de sustento das famílias. Obviamente, precisamos avançar como sociedade em buscar novas perspectivas laborais para essa população, mas este governo já deu demonstrações claras de que não tem o menor interesse em fazer isso. Nós encaminhamos também contrários à votação da emenda por não vislumbrarmos a possibilidade de, em curto prazo, direcionar essas pessoas, essa força de trabalho para outros postos. Isso não foi feito no governo anterior, tivemos um bom prazo, um prazo bastante significativo, e não houve a possibilidade, os cursos de formação profissional atingiram uma parcela ínfima da população de catadores no nosso Município, como muito bem destacou o Ver. Aírto Ferronato, alguns desses foram direcionados para o mercado de guarda de veículos nas vias urbanas, e isso foi proibido por este governo. Ou seja, é um governo que não cria possibilidades para as pessoas mais humildes e que restringe o trabalho daqueles que estão aí tentando minimamente sustentar as suas famílias e trazer um prato de alimento para o cidadão de Porto Alegre, para as famílias mais carentes desta cidade. O Ver. Ramiro coloca aqui no *chat*: “Voltem os cavalos, então”. Eu não sou favorável ao retorno dos cavalos para esse tipo de atividade, mesmo porque muitos sofriam bastante, embora, muitos carroceiros cuidassem dos seus animais tão bem quanto dos próprios

filhos, dos próprios cachorros. A gente acompanhou boa parte desse processo e percebíamos que era unanimidade os maus-tratos com os animais, mas infelizmente é a realidade que temos na nossa cidade e devemos permitir a prorrogação do trabalho dessas pessoas, visto que não existem perspectivas num curto prazo, direcioná-los a outros postos menos insalubres. Portanto, deixamos aqui o posicionamento da nossa bancada. Votaremos favoravelmente ao projeto, mas contra a emenda. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 022/20.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Só para deixar bem claro que este governo não só não fez nada pelos carrinheiros, não fez nada pela reciclagem, não tem nenhuma política ambiental, pelo contrário, sua política é o arboricídio, é o desdém, é lixo espalhado pela cidade, é incompetência. Perderam os 130 milhões de saneamento, perderam 60 milhões do centro de eventos, não concluem as obras do Mercado Público, só fala em privatizar, privatizar, algumas palavrinhas bonitas, mas é uma incompetência atroz, as pessoas estão na miserabilidade absoluta, jogadas na rua, fecharam casas de abrigo. E vou dizer muito claramente, nós vamos votar com aquilo que combinamos hoje, de manhã, com a maioria dos vereadores, votando na emenda feita pelo meu colega Sgarbossa, votaremos “sim” e vamos continuar nos preocupando com os carrinheiros e com as pessoas. Uma cidade inclusiva e não de exclusão, como é típica deste governo, especialmente Ramiro, não adianta se esconder, você foi secretário de uma pasta que podia ter ajudado a resolver e não fez absolutamente nada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 022/20.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Penso que é muito importante registrar aqui que nós temos uma grande diferença entre a realidade que nós vivemos em Porto Alegre e o sonho. Nós estamos em plena pandemia, desemprego em alta, as pessoas passando dificuldade, principalmente a classe pobre, que virou miserável, porque são pessoas que foram despedidas, estão sem possibilidade de ganhar o seu sustento. Então, como nós vamos pensar em extinguir os carrinheiros num momento de tamanha dificuldade? Ora, só pode pensar diferente que tem comida na geladeira, tem Split, Netflix e salário no fim do mês. Eu sinto muito, eu não conseguiria de forma alguma votar diferente. Não é a solução? Não, não é, mas pelo menos nós estaremos oferecendo para essas pessoas um tempo maior para que elas se organizem, para que

elas alimentem suas famílias, para que elas tenham o seu teto, para que elas consigam sobreviver. Então, eu voto pela prorrogação desse projeto, desse tempo, que eles possam, sim, continuar fazendo, efetuando os seus trabalhos nas ruas de Porto Alegre, porque essa é a realidade da cidade de Porto Alegre. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 022/20, pela oposição.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol, cumprimento os colegas Vereadores e Vereadoras, e aqui, em nome da oposição, dos partidos que a compõem, que votarão unificados no projeto e, na emenda, cada um votará conforme a sua orientação. Dizer que, primeiro, quero aqui cumprimentar o Ver. Marcelo Sgarbossa pela sensibilidade que teve em produzir este projeto. Veja bem, todos os que o estão criticando de oportunista, pré-eleição, bom, se a lei vence dia 11, e todos os recicladores e carrinheiros ficarão proibidos, no sábado próximo, de recolher os resíduos para a sua sobrevivência, será que é oportunismo ou é estar junto com uma categoria, junto com as comunidades, junto com os galpões de reciclagem, entender a sua política e, em nome do nosso partido e dos partidos da oposição, propor isso? Mais do que isso, hoje, de manhã, por unanimidade, as lideranças ou a grande maioria das lideranças, entendeu isso; a sensibilidade do Presidente da Câmara, Ver. Reginaldo Pujol, em chamar essa audiência para tratar isso. Então, aqui, existe um conjunto muito grande de vereadores e vereadoras que compreenderam a sensibilidade, a situação do momento e estão propondo isso. Por que isso não foi resolvido? Já tem uma política de longo prazo. Eu já disse antes, como Partido dos Trabalhadores, muito me orgulho que, em 2008, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado um marco regulatório nacional para o tema da reciclagem onde autorizou as prefeituras a criarem uma política e desenvolver as cooperativas, as associações de reciclagem e destinar os recursos para isso. Rosário, se o atual governo quisesse, ele teria resolvido essa situação. Colegas vereadores, todos sabem que tem recursos imensos no Fundo dos Recicladores, e o governo municipal não montou nenhuma política de apoio agora na pandemia para os recicladores utilizarem esses recursos do Fundo. Está lá o recurso, Ramiro, você está no governo, basta pegar a caneta e destinar esse recurso para apoiar os recicladores. Segundo, há 16 anos, quando deixamos de governar Porto Alegre, a coleta seletiva estava em ascensão, 22% de todos os resíduos da cidade eram recolhidos na coleta seletiva. Sabe quanto está hoje? Cinco, 6%. Sabem quantos lixões têm espalhados na cidade hoje? Mais de 300 lixões espalhados na cidade hoje porque não existe fiscalização, e virou uma máfia que a Prefeitura contrata os caminhões para recolher essa estrutura todo o mês. Então, tem uma rede que ganha com isso. Uns cobram para lá despejar, outros cobram para retirar, e a Prefeitura paga e não fiscaliza. É esse o problema que temos, o desmando da política pública neste momento em Porto

Alegre. Portanto, esse é um processo. E tem solução para isso? Mas é claro que tem, e temos solução. E quero dizer aqui, no próximo ano, certamente a solução virá, ou se vier conosco, governando o Município de Porto Alegre, beleza, vamos organizar isso dialogando e não como disse o Ramiro há poucos dias, acabando com os Conselhos na cidade de Porto Alegre, acabando com a participação comunitária e popular. Não, tem que ter mais para ajudar a construir as políticas públicas e fiscalizar as políticas públicas. E eu quero dizer aqui para o Ramiro: Ramiro, com essa cheia que veio aqui, eu estava com o pé na água aqui na Ponta Grossa. Ficou tudo embaixo d'água, os R\$ 40 milhões que o teu governo perdeu que era para fazer o saneamento ambiental aqui na Ponta Grossa e o escoamento de todas as ruas. Foram R\$ 40 milhões perdidos para cá, mais R\$ 87 milhões lá para o Passo d'Areia, na Zona Norte. Agora mais R\$ 60 milhões perdidos. Bom, e o dinheiro que está no Fundo dos Recicladores? Destina esse dinheiro para o Fundo dos Recicladores. E acredito que devemos, sim, fazer um novo projeto, em conjunto, dando um prazo de 120, 180 dias para o Executivo apresentar um programa municipal que inclua todos os recicladores e que inove tecnologicamente, mas não fazendo esses cursinhos furados, tirando alguns que tinham cavalos e transformando eles em guardadores de carro. Aí o governo manda outro projeto extinguindo a atividade dos guardadores de carro. Não é esse projeto furado, é um projeto dos agentes ecológicos da cidade de Porto Alegre. É isso que nós precisamos fazer, reconhecer isso. Bom, Bosco, lá no nosso tempo nós criamos todos os galpões de reciclagem, montamos todas as cooperativas. Não fizemos tudo, é verdade, mas isso aí tinha que ter continuidade evolutiva dos outros governos. Não houve continuidade. Então é um processo, e eu acredito que a partir desse projeto podemos conjuntamente fazer um novo projeto, dando um prazo - independente da mudança do governo, porque vai haver mudança do governo agora em dezembro, não temos dúvida - para que o próximo governo apresente para a Câmara um programa municipal do manejo dos resíduos sólidos de Porto Alegre e estruturando toda a rede de reciclagem e que monte novamente o que foi desmontado. Outra questão aqui é a estação de compostagem orgânica. Foi desmontada também a reciclagem dos resíduos dos restaurantes que alimentava toda a suinocultura de Porto Alegre, criava uma grande proteína em Porto Alegre e também foi desmontada. Bom, nós precisamos reorganizar tudo. É um absurdo esse transbordo lá na Lomba do Pinheiro. É a região mais contaminada que tem na cidade de Porto Alegre. Portanto, em nome da oposição, concluo, votaremos favoravelmente ao projeto. Muito obrigado às lideranças de hoje de manhã pela sensibilidade e ao Ver. Marcelo Sgarbossa que teve a perspicácia de colocar o tema e não deixar vencer. O papel da Câmara, antes do dia 11, vai ser feito. Agora, se o prefeito vai sancionar é outra história. Ramiro, você é do governo, então a sua tarefa agora é fazer com que o prefeito sancione esse projeto até sexta-feira para não ficarem desprotegidos os carrinheiros. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)



**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 022/20.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Boa tarde, eu me inscrevi umas três ou quatro vezes pelo *chat*. Eu queria dizer que todo o trabalho braçal, todo o trabalho que exige a força do homem é um trabalho desumano, seja ele carregar dois sacos de cimento, seja ele carregar 60 tijolos, abrir buraco... Todo trabalho braçal é desumano. E a gente busca a melhoria do trabalho, a gente sempre busca que as pessoas tenham dignidade no trabalho, um trabalho decente. A Prefeitura de Porto Alegre assinou uma cláusula com o governo federal e demais órgãos que cuidam da questão do trabalho para haver um trabalho decente. O trabalho braçal é necessário. Nós não vamos jamais construir um prédio se não tiver trabalho braçal. Nós jamais vamos conseguir fazer obras de saneamento... É só passar pela Av. Sertório que a gente vê uma grande obra ali com trabalho braçal. E recolher o que é produzido pela cidade é um trabalho braçal, mas é uma forma de empregar pessoas, como quem trabalha no reflorestamento, na cana-de-açúcar, quem trabalha até com o carvão, como é o caso aqui em Minas do Leão. É um trabalho braçal e passa a ser desumano, mas é necessário para a dignidade da pessoa. A maior dignidade de um ser humano que produz é o seu emprego. Ninguém quer estar ali carregando carrinho, ninguém quer estar amassando caixa, ninguém quer estar mendigando a sobra dos outros, mas não foi feita nenhuma política pública. Logo que eu cheguei aqui na Câmara nós estávamos discutindo esse tema, eu tinha saído do Conselho do BNDES, de encaminhar com o BNDES uma política para que as pessoas pudessem ter os carrinhos elétricos ou outra forma de fazer isso, mas nada foi feito. Buscaram dinheiro no fundo andino para fazer um monte de coisa, mas não se buscou dinheiro para fazer isso. Se buscou dinheiro nos bancos públicos, esta Casa mesmo, agora no início do ano, aprovou vários empréstimos para fazer obras, mas não para buscar a dignidade das pessoas. Então não adianta reclamar que a pessoa puxa um carrinho, ele puxa um carrinho, ele toca a carroça, ele empurra um carrinho de mão, é o direito da pessoa de levar o sustento para a sua família. E as pessoas têm que saber, ou querem que a pessoa faça alguma coisa pelo seu sustento ou então não condenem as pessoas de viverem com a ajuda do governo. É um ou outro, não existe meio termo nesse negócio. Quanto mais pessoas nós tiramos do mercado de trabalho, quanto mais pessoas nós jogamos na informalidade, mais políticas nós temos que ter. Nós tiramos os guardadores de carros das ruas para entregar para uma empresa que vai cobrar. Qual é a diferença de ter uma pessoa levando renda para a sua família e de regulamentar isso? Que a pessoa tenha que ter uma identificação, tenha que ter um jaleco, que tenha um totem nas ruas com a foto dos guardadores de carro e essas outras pessoas podem trabalhar, do que simplesmente proibir? Tinha proposta das lojas concentrarem todo o material reciclável e distribuir por várias cooperativas de reciclagem e as cooperativas iam buscar. As pessoas vivem em situação difícil não porque elas querem, vivem em situação difícil porque o mundo levou a isso. As pessoas vivem catando lixo na rua, porque levaram elas a fazer isso. Então eu acho que nós vamos ter mais um tempo de dois anos, um pouco mais, para que realmente se efetive a busca de empréstimo para

equipar os galpões de reciclagem, para largarem a questão humana e irem para a questão hídrica ou elétrica, seja o que for, mas que as pessoas possam levar o sustento para a sua família. Depois não adianta nós fazermos discurso de que aumentou a criminalidade. Se eu não tenho como sustentar a minha família, eu vou arrumar um jeito de sustentar a minha família. Se eu não tenho como levar comida para dentro da minha casa, eu vou arrumar um jeito de levar comida para dentro da minha casa, seja puxando um carrinho, seja abrindo um buraco, seja fazendo o que for de desumano que é o serviço braçal. As pessoas farão isso buscando a dignidade do seu sustento e o sustento da sua família. Então o nosso partido encaminha para aprovar a emenda e aprovar o projeto.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Consulto se mais alguém deseja encaminhar a matéria. (Pausa.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 01 ao PLL nº 022/20. Peço que o diretor legislativo comande essa votação.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura da Emenda nº 01 ao PLL nº 022/20.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 27 votos **SIM** e 03 votos **NÃO**.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Não temos outra saída, mas chega de protelar. Nós temos que, no ano que vem, quem vai ficar na Câmara, assumir essa responsabilidade junto com o Executivo e resolver. Não dá mais para ficar assim. Dentro das circunstâncias, votei “sim”.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Declaro aprovada a Emenda nº 01 ao PLL nº 022/20.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal, solicitada pela presidência, o PLL nº 022/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM** e 01 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** A matéria teve suficientes votos para, de forma esmagadora, consagrar a vontade da Casa. Por isso, com muito prazer, eu declaro aprovado o PLL nº 022/20, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa que, num gesto muito simpático, foi acolhido pelos líderes de todas as bancadas ou pela grande maioria das bancadas que tiveram acesso ao debate prévio, que já começou hoje, pela manhã, ensejou essa votação extraordinária: 29 votos **SIM**, contra 1 voto **NÃO**. Está aprovada a proposição. Ao concluir os trabalhos de votação dessa matéria e,

consequentemente exaurindo a razão de ser dessa nossa sessão extraordinária, eu quero, dentro desse espírito de solidariedade e de compreensão que têm dominado o exame da matéria, fazer um apelo aos nossos integrantes da Diretoria Legislativa, para que agilize, o máximo possível, o encaminhamento da redação final da matéria, e que a Comissão de Constituição e Justiça promova uma sessão extraordinária para aprová-la e permitir que, com a brevidade devida, nós possamos encaminhá-la o mais rápido possível à sanção do prefeito da cidade. Por enquanto, obrigado a todos pela colaboração e pela sensibilidade e, sobretudo pela correção com que encaminharam a discussão dessa matéria. A sessão está encerrada e eu convoco todos para amanhã, no horário regimental, realizarmos a nossa sessão ordinária prevista às 14h.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h50min.)

\* \* \* \* \*